



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Brasília - DF
MSCiv 0001326-45.2024.5.10.0003
IMPETRANTE: MULTILASER INDUSTRIAL S.A.
IMPETRADO: SECRETARIO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, UNIÃO FEDERAL
(AGU) - DF

I - RELATÓRIO

Cuida-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por MULTILASER INDUSTRIAL S.A., em 25/11/2024, contra supostos atos ilegais atribuídos ao SECRETÁRIO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO (1º impetrado) e à UNIÃO FEDERAL (2º impetrado), ambos devidamente qualificados nos autos.

A impetrante sustenta que vem sendo indevidamente apontada como irregular no cumprimento da cota legal de pessoas com deficiência (PCD), motivo pelo qual requer, em sede de tutela de urgência e ao final, que a autoridade coatora se abstenha de emitir novas certidões de irregularidade, ou, alternativamente, que emita certidão positiva com efeito de negativa, a fim de possibilitar a regular participação em certames públicos e a obtenção de benefícios fiscais.

Atribuiu à causa o valor de R\$ 1.000,00.

A liminar foi deferida (id [6b9c992](#)).

As autoridades impetradas prestaram informações, com juntada de documentos, e pugnaram pela denegação da segurança.

O Ministério Público do Trabalho apresentou parecer (id [e35e46f](#)).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

DA APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL

A presente ação trabalhista foi ajuizada após o início da vigência da Lei nº 13.467/2017.

Assim, incontroverso que se aplicam as disposições processuais da lei nova, conforme disposto no art. 14 do CPC: *"A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada"*.

No âmbito do direito material, tais normas não atingem os fatos ocorridos anteriormente à sua vigência, em observância ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e a coisa julgada, nos termos do artigo 6º da LINDB.

DOS LIMITES DA LIDE

Registro que cabe ao impetrante apontar na petição inicial a causa de pedir e os respectivos pedidos. Assim, a decisão ora prolatada está adstrita aos limites do pedido e à causa de pedir expressamente consignados na petição inicial.

DA COTA PARA PCD. DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO

O impetrante alega que vem sofrendo prejuízos decorrentes da emissão, pela Secretaria de Inspeção do Trabalho, de certidão que atesta a irregularidade no cumprimento da cota legal de contratação de pessoas com deficiência (PCD), prevista no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

O impetrante sustenta possuir decisão judicial transitada em julgado, proferida em Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, que reconheceu a inviabilidade de cumprimento integral da cota legal, em razão da escassez de profissionais com deficiência, das limitações de infraestrutura e da concorrência empresarial no município de Extrema/MG, onde está localizada sua principal unidade industrial.

Afirma que, embora adote continuamente medidas de recrutamento e admissão de trabalhadores reabilitados ou com deficiência, os esforços têm sido insuficientes para atingir os percentuais legais, conforme reconhecido na decisão judicial transitada em julgado.

Ainda assim, a Autoridade Coatora tem emitido certidões sem qualquer ressalva quanto à existência da referida decisão judicial, o que vem acarretando sua desclassificação em certames licitatórios, inclusive com prejuízo já materializado em procedimento promovido pela Rede Ebserh.

Diante desse quadro, requer a abstenção da Autoridade Coatora em emitir novas certidões de irregularidade quanto ao cumprimento da cota legal; ou, alternativamente, que se emita certidão positiva com efeitos de negativa, com expressa menção à decisão judicial que reconheceu a excepcionalidade da situação da empresa.

Sucessivamente, requer que se declare a inidoneidade da certidão como critério de desclassificação em futuras licitações.

A União, em sua defesa, sustenta que o mandado de segurança não deve ser concedido porque a Multilaser não comprovou, com prova pré-constituída, a existência de direito líquido e certo. Alega que a empresa não demonstrou ter adotado todas as medidas efetivas para cumprir a cota legal de contratação de pessoas com deficiência, prevista no art. 93 da Lei 8.213/91.

Argumenta, ainda, que a decisão judicial mencionada pela impetrante não obriga a Administração a emitir certidão com conteúdo diferente do previsto na lei, e que eventual cumprimento deveria ser buscado por via própria.

Ressalta que a fiscalização realizada é legal, vinculada e baseada em presunção de legitimidade, e que não há ilegalidade no ato da autoridade coatora.

Analiso.

Nos termos do art. 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal e do art. 1º da Lei nº 12.016/2009, o mandado de segurança é cabível para a proteção de direito líquido e certo, desde que comprovado de forma inequívoca mediante prova pré-constituída, sendo incabível quando a análise da pretensão exige dilação probatória.

No caso concreto, verifica-se que a sentença proferida na ACP nº 0010818-84.2022.5.03.0178 não eximiu a empresa Multilaser do cumprimento da cota legal prevista no art. 93 da Lei 8.213/91, mas apenas reconheceu que, na localidade onde está sediada sua principal unidade industrial, há dificuldades estruturais e demográficas que inviabilizam o cumprimento integral da norma.

Por essa razão, foi afastada a obrigação de contratação imediata, impondo-se, no entanto, obrigações específicas de busca ativa, periódica e documentada, sob pena de sanções.

Trata-se, portanto, de sentença que condiciona a situação jurídica da empresa a uma verificação fática contínua, sujeita a acompanhamento, inclusive quanto à efetividade das medidas adotadas para inclusão de trabalhadores com deficiência.

Dessa forma, constata-se que o direito invocado pela impetrante não é líquido e certo, na medida em que depende de análise fática aprofundada sobre o cumprimento das obrigações impostas judicialmente, o que não se coaduna com a natureza célere e documental do mandado de segurança.

Diante da ausência de direito líquido e certo, julgo improcedente o pedido e denego a segurança, revogando, por consequência, a liminar anteriormente concedida (ID [6b9c992](#)).

DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS

Indevidos honorários sucumbenciais, nos termos do art. 25º da lei 12.016/2009.

DAS INTIMAÇÕES/NOTIFICAÇÕES/PUBLICAÇÕES

As partes ficam cientes que os pedidos de notificação exclusiva em nome de determinado advogado dependem de seu credenciamento no sistema PJe-JT e sua habilitação automática nos autos através de seu certificado digital, sem necessidade de intervenção da Secretaria Judicial, sendo, portanto, de responsabilidade do próprio advogado requerente, consoante art. 5º e §§ da Resolução CSJT 185/17.

III- DISPOSITIVO

Ante o exposto, nos autos do Mandado de Segurança nº 0001326-45.2024.5.10.0003, impetrado por **MULTILASER INDUSTRIAL S.A.** (impetrante), em face do **SECRETÁRIO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO** (1º impetrado) e da **UNIÃO FEDERAL (AGU) – DF** (2º impetrado), **denego a segurança**, nos termos da fundamentação supra, a qual integra este dispositivo para todos os efeitos legais.

Revogo, por consequência, a liminar anteriormente concedida (ID [6b9c992](#)).

Indevidos honorários sucumbenciais, nos termos do art. 25º da lei 12.016/2009.

Ficam as partes cientes, também, que esta magistrada não está obrigada a rebater cada um dos argumentos e provas trazidas ao processo, sendo indevido embargos de declaração para fins de prequestionamento, ante o efeito devolutivo do recurso ordinário (art. 899 da CLT c/c Súmula 393, I, do TST), sob pena de incidência do art. 1026, § 2º do CPC.

Nos termos do art. 489, §1º, IV, do CPC, o juiz não é obrigado a se manifestar sobre todos os argumentos das partes, apenas sobre os relevantes para

a decisão. Além disso, conforme o art. 371 do CPC, cabe ao magistrado valorar as provas livremente, considerando apenas o que for essencial para o julgamento. Assim, a ausência de manifestação expressa sobre determinados pontos indica apenas sua irrelevância para o deslinde da controvérsia, sem configurar omissão ou vício decisório.

Custas pelo impetrante de 2% sobre o valor da causa.

Intimar as partes e o MPT.

Cumpra-se.

Nada mais.

BRASILIA/DF, 16 de junho de 2025.

SHIRLEY DA COSTA PINHEIRO

Juíza do Trabalho Substituta